

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.521 - PA (2019/0235809-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MANOEL VANILDO VILHENA DE AZEVEDO (PRESO)
ADVOGADOS : DIEGO RONILSON CASTRO LAURINHO - PA019276
ALEXANDRE FERNANDES - PA017637
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MANOEL VANILDO VILHENA DE AZEVEDO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (HC n. 0804588-89.2019.8.14.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante, no dia 24/5/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática do crime descrito no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 porque foi surpreendido por policiais militares na posse de 128 petecas contendo 102g de cocaína (e-STJ fl. 57).

A defesa impetrou *habeas corpus* junto à Corte de origem, alegando, em síntese, ausência dos requisitos da prisão preventiva e que o recorrente é primário, tem residência fixa e trabalho lícito (e-STJ fl. 109). O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 106 e 107):

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR. TRÁFICO DE ENTORPECENTE (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06). PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. AUSÊNCIA DE MOTIVOS PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPROCEDENTE - Resta devidamente fundamentada a decisão atacada, sendo imperioso reconhecer que as mesmas mostram suficiente motivação, tendo a autoridade apontada como coatora justificado suas razões em conexão com o caso concreto uma vez que o paciente foi flagrado na posse de 12 (doze) papелotes, dentre de sua cueca, contendo a substância entorpecente Óxi, e, em revista à residência onde se encontrava o paciente, foi encontrado pelos policiais militares, uma sacola contendo 116 (cento e dezesseis) papелotes da mesma substância, perfazendo um total de 128 (cento e vinte e oito) petecas, com peso total de 102,0 gramas, de

Superior Tribunal de Justiça

substância conhecida por "Cocaína" e, como bem ressaltou o magistrado singular, o que indica a gravidade concreta da conduta, vez que a mesma ocorreu dentro da própria residência do paciente, o risco real de reiteração e sua maior periculosidade, indicando ser contumaz na prática de delitos.

A medida constritiva se justifica ainda pelo fato do autuado não ter juntado documento de identificação com foto que comprove sua identificação. Colocando em risco a instrução processual e posterior aplicação da lei penal, não havendo que se falar, por conseguinte, em afronta a regramento inserto no artigo 93, inciso IX da Carta da República/88, pois o exame acurado da decisão atacada revela a necessidade e a adequação da medida restritiva que se pretende revogar nesta ação mandamental: as circunstâncias do caso concreto demonstram a presença de indícios de autoria e da materialidade delitiva. Em outras palavras, a prisão provisória fora decretada e mantida pela presença dos requisitos da tutela cautelar. Assim, existindo na decisão suficiente motivação acerca dos requisitos do artigo 312 do não há que se falar em falta de justa causa para a segregação provisória, conforme Código de Processo Penal

2. **MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.NÃO ACOLHIMENTO.** É sabido que o decreto de prisão preventiva deve ser tido como o último recurso, entretanto, diante dos elementos contidos nos autos, impõe-se a sua manutenção. A prisão preventiva não depende de prévia imposição de medidas cautelares diversas, quando estas não se revelarem aptas a atingir sua finalidade, na espécie, não se vislumbra outra possibilidade, senão a manutenção da segregação.

3. **DAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS-IRRELEVÂNCIA** As qualidades pessoais da coacta, não lhe garantem, por si só, o direito da coacta aguardar o julgamento em liberdade, quando presentes os requisitos da prisão preventiva, conforme orienta a Súmula nº 08 desta Egrégia Corte.

Na presente oportunidade, a defesa reitera as alegações anteriores – ausência dos requisitos da prisão preventiva e que o recorrente é primário, possui residência e trabalho fixos, complementando que ***O Paciente não tem contra ele, nos altos de seus 46 anos de idade, qualquer indício de reincidência ou de possuir maus antecedentes, não representando, portanto, ameaça à ordem pública (...)*** (e-STJ fl. 142).

Ressalta, ainda, que, no caso de delitos praticados sem

Superior Tribunal de Justiça

violência ou grave ameaça, medidas alternativas mostram-se tão ou mais eficientes que a prisão e que, nem mesmo com eventual sentença condenatória, o recorrente, diante de suas condições pessoais, cumprirá pena segregado.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, que seja restituída a liberdade do recorrente, sob imposição, se for o caso, de medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 163/166).

Prestadas as informações (e-STJ fls. 177/179), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo improvimento do recurso (e-STJ fls. 182/185).

É o relatório. **Decido.**

Consoante as informações prestadas pelo Juiz *a quo*, em 9/8/2019, foi concedida a liberdade provisória ao réu, ora recorrente, momento em que foi determinada a expedição de alvará de soltura em seu favor (e-STJ fl. 177).

Assim, fica sem objeto o pedido contido na inicial, em que a defesa se insurgia contra a custódia cautelar do recorrente.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo **prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator